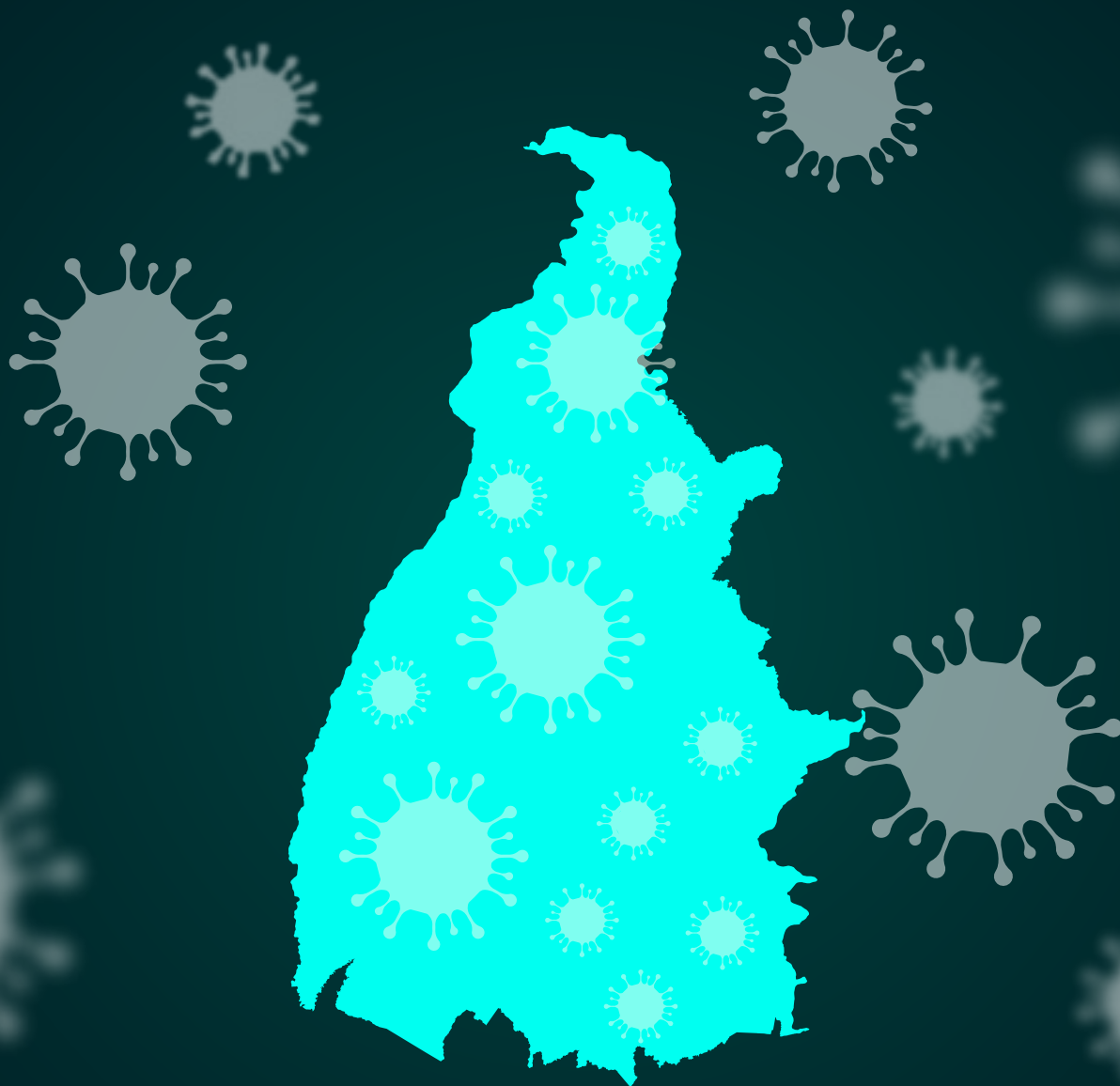


# BOLETIM

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DE MUNICÍPIOS - SETEMBRO E OUTUBRO DE 2020



## A FRAGILIDADE DOS MUNICÍPIOS PERANTE A PANDEMIA

O LEGADO DE HERNANDES DA  
AREIA E RAIMUNDO GORDO

A ATUAÇÃO ELOGIADA DA ATM  
NA PEC DO FUNDEB

ATM E IFTO LEVAM CURSOS  
TÉCNICOS AOS MUNICÍPIOS

# Palavra do Presidente

---



A história da humanidade ganhou um novo capítulo neste ano de 2020: a pandemia do novo coronavírus. Esse fenômeno, já visto similarmente em séculos passados, obrigou indivíduos e organizações a se adequarem a essa nova realidade. Medidas drásticas como o uso de máscara facial e isolamento social estão sendo vistas como meios eficazes para conter a disseminação desse vírus e/ou pelo menos tentar diminuir sua velocidade de transmissão, até que uma eventual vacina seja aprovada em busca de uma imunização global.

Nesses oito meses de pandemia, os efeitos das medidas de combate à pandemia, como fechamento de atividades comerciais e industriais, aliadas ao isolamento social, trouxeram impactos negativos nas economias de todo o Mundo. E no Brasil não foi diferente. Arrecadações começaram a despencar, assim como o ritmo de produção e consumo no país. E nesse efeito cascata de prejuízos, o

ente mais frágil da federação brasileira, os Municípios, sentiu o duro golpe da pandemia e mais uma vez teve que recorrer à União.

Esta é a primeira edição do Boletim ATM e traz como capa a afirmação da fragilidade dos Municípios perante a pandemia. Porém, o informe traz também em suas páginas a luta de milhares de gestores municipais, unidos pelo Movimento Municipalista, pela aprovação e reconhecimento de pautas fundamentais para colocar os entes locais em condições mínimas de enfrentar a pandemia e os efeitos nocivos que com ela vieram. Algumas conquistas foram alcançadas em Brasília e trouxeram alento aos gestores nesse duro momento.

Contudo, o Boletim ATM também traz em suas páginas homenagens aos prefeitos que nos deixaram em 2020, e descreve parte de seus legados. Além disso, linhas narram conquistas dos Municípios que vieram nesse ano, independente da pandemia do novo coronavírus. Com destaque ainda para aprovação do Novo Fundeb e como a Associação Tocantinense de Municípios (ATM) foi ator importante nesse processo.

Esperamos imensamente que este novo canal de comunicação da ATM seja de grande proveito e valia aos agentes municipais do Tocantins e de todo o Brasil, sendo exemplar de conhecimento e informação. Desejamos a todos excelente leitura, e que Deus nos proteja.

**Jairo Soares Mariano**  
**Presidente**

---

A map of Brazil is centered on a dark blue background, surrounded by several stylized, light blue coronavirus particles. The map itself is filled with these same virus icons, symbolizing the spread of the pandemic across the country.

## Coronavírus escancara a frágil condição dos Municípios na federação brasileira

Vírus se espalhou pelo Brasil e obrigou Municípios a lutarem por auxílios financeiros, humanos e materiais na guerra contra a pandemia

O Brasil registrou o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus ao término de fevereiro de 2020. Seis meses depois o país já estava com mais de quatro milhões de infectados e mais de 100 mil mortes. No decorrer desse tempo, muitos foram os esforços dos Municípios para conter a disseminação do vírus, bem como para promover o tratamento das pessoas que se contaminaram. Em toda essa conjuntura, a pandemia confirmou e escancarou uma triste realidade já conhecida: a frágil condição dos Municípios na federação brasileira, que dependem cada vez mais de recursos financeiros da União para a execução de ações e para o cumprimento de responsabilidades.

Ciente dessa situação, o Movimento Municipalista, encabeçado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), com ampla participação das entidades estaduais como a Associação Tocantinense de Municípios (ATM), agiu no sentido de buscar aprovação de pautas no Congresso Nacional, além de angariar recursos com a União, que permitissem dar condições mínimas para que os Municípios enfrentem a pandemia do novo coronavírus. Nos meses que sucederam, pautas foram aprovadas na Câmara e Senado e programas de apoio aos Municípios foram implementados, ao garantir mais recursos aos cofres municipais, além de complementar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Logo no início da pandemia o Congresso Nacional discutiu e aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 232/2019, que autorizou Estados e Municípios a utilizarem o uso de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores constantes nos Fundos de Saúde e provenientes de repasses do Ministério da Saúde aos Entes da Federação. Posteriormente, o projeto se transformou na Lei Complementar 172, sendo sancionada em abril deste ano. A medida garantiu aos entes utilizarem os saldos financeiros para ações e serviços públicos de

combate ao coronavírus, enquanto durar a situação de calamidade relacionada à pandemia, ou seja, até 31 de dezembro de 2020. A CNM estimou um aporte financeiro total de até R\$ 13 bilhões para enfrentamento da Covid-19, com a liberação desses recursos parados nos fundos.

Inclusive, o movimento municipalista atuou também para que a situação de calamidade pública fosse estendida aos Municípios, o que contribuiu para que inúmeras cidades publicassem decretos de calamidade por conta da anormalidade ocasionada pela pandemia. Destaque ainda para o reconhecimento judicial que, no âmbito de suas competências e em seu território, Estados e Municípios podem adotar, respectivamente, medidas de restrição à locomoção intermunicipal e local durante o estado de emergência decorrente da pandemia do novo coronavírus. O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou que governadores e prefeitos não necessitam de autorização do Ministério da Saúde para a decretação de isolamento, quarentena e outras providências.

### 17 Reivindicações

A ação mais energética do Movimento Municipalista em prol dos entes locais no início da pandemia foi a apresentação de 17 reivindicações ao Governo Federal para munir os Municípios de condições mínimas para enfrentar o caótico momento econômico e sanitário que emergia nos países com a propagação do vírus. Auxílios financeiros, diferimentos no pagamento de dívidas previdenciárias, abertura das linhas de financiamentos, antecipação da liberação de emendas impositivas destinadas à saúde em 2020, estão entre os pedidos.

Veja as 17 reivindicações solicitadas pelo Movimento Municipalista com a leitura deste QR CODE.

**ESCANEE AQUI**



Logo após a apresentação das reivindicações, o Governo Federal promoveu anúncio de ações para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, muitas delas indo de encontro às reivindicações solicitadas pelo Movimento Municipalista. Destaque para o anúncio de pacote de auxílio aos Estados e Municípios que somou R\$ 88,2 bilhões, cujos recursos foram divididos em seis ações, conforme o box abaixo.

**Transferência para a saúde:** R\$ 8 bilhões em quatro meses;

**Recomposição FPE e FPM:** previsão de R\$ 16 bilhões (pagos em quatro parcelas);

**Orçamento assistência social:** R\$ 2 bilhões;

**Suspensão das dívidas dos Estados com a União:** R\$ 12,6 bilhões;

**Renegociação com bancos relacionada a dívidas de Estados e Municípios:** R\$ 9,6 bilhões;

**Operações com facilitação de créditos:** R\$ 40 bilhões.

**Obs.:** as parcelas dos recursos para a recomposição do FPM foram estendidas de julho até novembro, por meio da sanção à Medida Provisória 938/2020, por ainda ter sobra de recursos do montante de R\$ 16 bilhões destinados a essa finalidade.

## Assistência Social e Saúde

Sucessivamente, montantes de recursos começaram a ser liberados para as áreas da Assistência Social e Saúde, autorizados por meio de Portarias expedidas pelos ministérios. Recursos na ordem de R\$ 1 bilhão foram liberados aos Estados e Municípios (Portaria 395 e 480/2020) para ações e serviços públicos de saúde de média e alta complexidade (MAC), bem como para ações no contexto do novo coronavírus. Os valores foram repassados em parcela única no Bloco de Custeio aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Posteriormente, o governo federal publicou a Portaria 545/2020, que permitiu que os recursos transferidos a Estados, Municípios e ao Distrito Federal por emendas parlamentares fossem aplicados, preferencialmente, em medidas necessárias ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública.

Posteriormente, a Medida Provisória (MP) 953/2020 abriu crédito extraordinário de R\$ 2,5 bilhões para a Assistência Social. Segundo o Ministério da Cidadania, o montante foi destinado para ações de enfrentamento da pandemia. A transferência foi fundo a fundo, nos respectivos blocos da proteção social básica e especial, da gestão do Suas e da gestão do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Os recursos foram fundamentais para a Assistência Social, considerada atividade essencial nesse período, principalmente para a aquisição de insumos, bem como para a promoção de eventuais ações de enfrentamento a pandemia, como aquisição de itens de higiene, de alimentos e de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

## Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus

Outra importante conquista dos Municípios brasileiros foi o auxílio financeiro emergencial aos Estados, Distrito Federal e Municípios colocado pelo Governo Federal para mitigar os efeitos financeiros negativos ocasionados pela pandemia do coronavírus, por meio de um pacote de R\$ 60 bilhões. Dos R\$ 23 bilhões direcionados aos Entes municipais, a proposta destinou R\$ 3 bilhões para ações de saúde e assistência social no combate a pandemia. Os R\$ 20 bilhões restantes foram de uso livre. A ação foi intitulada Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

Os Municípios tocantinenses compartilharam montante na casa dos R\$ 300 milhões. Os valores foram repassados em 4 (quatro) parcelas mensais e iguais, no exercício de 2020. Como contrapartida, os Municípios deveriam renunciar as ações judiciais ingressadas contra a União após 20 de março de 2020, em um prazo de 10 dias, contados da data da publicação da Lei Complementar 173/2020 no Diário Oficial da União, lei que institui o auxílio financeiro.

## Distribuição de Merenda Escolar

A possibilidade de distribuírem merenda escolar às famílias dos alunos matriculados em suas redes de ensino, ao garantir assim alimentação aos estudantes, foi encarada como vitória pelo Movimento Municipalista. A publicação da Lei Federal 13.987/2020 autorizou, em caráter excepcional, a distribuição do alimento que seria servido em ambiente escolar, adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com a lei, muitos Municípios produziram cestas básicas e distribuíram às famílias dos estudantes.

## Prazos

Diante das dificuldades inerentes impostas pela pandemia do coronavírus, as gestões municipais viram suas rotinas administrativas serem afetadas pela interrupção de alguns serviços, ocasionadas pela estratégia de isolamento social adotada como medida de combate a transmissão do novo vírus. Nesse sentido, os Municípios conseguiram junto ao Congresso Nacional e Presidência da República a dilatação de prazos relacionados a alguns processos em andamento, entre outras obrigações vigentes. Veja no box abaixo:

**I. Prorrogação do prazo até dezembro de 2020 para cancelamento dos Restos a Pagar (RAPs) da União devidos aos Municípios, que permitiu as prefeituras pleitearem os recursos de 2015 e 2016 junto aos ministérios.**

**II. Municípios tiveram prazo ampliado até julho de 2020 para entregar informações da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).**

**III. A suspensão excepcional dos prazos sobre execução dos recursos da União repassados aos Municípios. Vinda em forma de Portaria Interministerial, o benefício autoriza entre outros, a prorrogação por 240 dias, dos prazos para cumprimento das condições suspensivas.**

**IV. O prazo para a prestação de contas de todos os programas federais de educação foi prorrogado até 60 dias após o fim da situação de calamidade atual, decretada em razão da pandemia do novo coronavírus.**

**V. A Lei 14.000/2020 estendeu o prazo para que Municípios elaborem seus Planos de Mobilidade Urbana (PMU). A lei garantiu aos Municípios com mais de 250 mil habitantes prazo até 12 de abril de 2022. Já para os Municípios com até 250 mil habitantes o novo prazo será 12 de abril de 2023.**



Sem esses auxílios e medidas, os Municípios estavam fadados à falência, por meio de desequilíbrio financeiro acentuado, ao retirar dos entes locais suas capacidades mínimas de manutenção de suas ações, bem como de investimentos.

**Jairo Soares Mariano**, presidente da ATM



## NÃO DEIXAMOS O FUNDEB MORRER

Movimento Municipalista, com o apoio da ATM, consegue respaldo no Congresso Nacional para aprovação da PEC do Fundeb

Por lei, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), principal política de financiamento da educação básica pública, chegaria ao fim no dia 31 de dezembro de 2020. Diante da eminência do fim do Fundeb, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2015 foi apresentada pela então deputada Federal Raquel Muniz (MG) a fim de garantir a permanência efetiva do Fundo. Em anos de discussão, a Proposta acabou se transformando na PEC 26/2020, sendo aprovada e promulgada em agosto de 2020 como Emenda Constitucional 108/2020.

Caso a PEC do Fundeb não tivesse sido aprovada os Municípios tocantinenses, em sua maioria, não teriam condições para manterem ou avançarem na ampliação da oferta de educação, devido a sua baixa arrecadação financeira. Tal situação comprometeria o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação e dos Planos Municipais, que propõem ampliar o atendimento na educação infantil, na educação integral, além de reduzir o analfabetismo, dentre outros pontos relevantes ao desenvolvimento do país.

### Articulação da ATM

O movimento municipalista, liderado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e entidades municipalistas dos estados, acompanhou as discussões da PEC, bem como apresentou sugestões ao texto da relatoria, que ficou sobre a responsabilidade da deputada Federal pelo Tocantins, Professora Dorinha Rezende. Quem assumiu o compromisso de articular e apresentar os pleitos municipalistas à relatora foi o presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) e vice-presidente da CNM, Jairo Mariano, que obteve êxito em demonstrar a parlamentar as preposições de interesse dos Municípios, que acabaram por entrar no texto final.



### Solicitações

Segundo Jairo Mariano, entre as demandas dos gestores municipais acatadas no texto destacam-se: a não inclusão dos dois 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de julho e dezembro, na cesta do Fundeb; a vedação ao uso do salário-educação como complementação da União; a separação dos recursos dos royalties; e a prioridade à educação infantil, ou seja, creche e pré-escola.



Todos nós sabemos da importância da garantia da continuidade do Fundeb para a comunidade escolar, tanto pela capacidade de manutenção quanto de desenvolvimento da educação básica. Como vice-presidente da CNM e sendo do Tocantins, assumimos o compromisso de dialogar com a deputada Dorinha que acatou as pautas municipalistas. Nós parabenizamos a atuação da parlamentar no relatório e na condução dos trabalhos.

**Jairo Soares Mariano**, presidente da ATM



Agradeço, em especial, ao presidente Jairo de Tocantins que ajudou a construir nossa articulação de forma que a gente não tivesse mais dificuldade. O presidente foi extremamente importante nesses debates.

**Glademir Aroldi, presidente da CNM,** durante Live com presidentes das entidades estaduais que compõem o Conselho Político da Confederação



Queremos reduzir desigualdades e garantir a aprendizagem para que cada criança que chegue a escola pública brasileira saia sabendo ler e escrever. Nós marcamos um espaço na educação pública, dizendo que queremos a segurança de um financiamento permanente na Constituição, que reconheça as diferenças do Brasil.

**Deputada Federal pelo Tocantins,** Professora Dorinha Seabra Rezende, relatora da PEC do Fundeb



O texto final da PEC do FUNDEB foi aprovado em dois turnos pelos senadores e sancionado pela Presidência da República. Além da garantia da continuação dos recursos a partir de janeiro de 2021, o texto propõe ainda o aumento da complementação da União de maneira gradual, além de trazer novidades na divisão dos valores entre os Entes da Federação, estabelecendo uma distribuição mais justa.

## COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB

Exercício	Percentual
2021	12%
2022	15%
2023	17%
2024	19%
2025	21%
2026	23%

## Calha Norte chega ao Tocantins e atenderá Municípios com projetos de desenvolvimento regional

Ao todo foram alocados cerca de R\$ 20 milhões para as cidades da região do Jalapão, Sudeste e Central do estado



No dia 05 de fevereiro, durante comemoração aos 400 dias da gestão do presidente Jair Bolsonaro, 48 municípios do estado do Tocantins se associaram ao programa Calha Norte. A adesão se deve a iniciativa do senador pelo Tocantins, Eduardo Gomes, que no ano de 2019 endereçou um ofício ao Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, solicitando a inclusão dos Municípios tocantinenses, e obteve uma resposta positiva.

O Programa Calha Norte (PCN), coordenado pelo Ministério da Defesa (MD), tem como objetivo promover ocupação e desenvolvimento ordenado e sustentável na região amazônica.

Serão inúmeros benefícios para as cidades assistidas pelo PCN. A região do Jalapão, por exemplo, possui uma beleza natural admirada por todo o mundo, mas convive com o contraste de uma população carente e sem condições de se locomover devido precariedade de suas estradas. Com as ações do projeto, várias

famílias serão beneficiadas, além de facilitar o aumento do turismo na região, fazendo a economia girar. Outras cidades de outras regiões que também estão ilhadas e sem atendimento básico de saúde também serão beneficiadas.

Além desses benefícios, outras cidades podem colher benefícios como, por exemplo, ações que possibilitem o aumento da segurança pública, maior assistência às comunidades carentes, implantação de infra-estrutura básica, entre outras frentes de trabalho.

### Sobre o programa

O Programa Calha Norte tem como intuito principal impulsionar o desenvolvimento regional, ao contar com a participação de civis para promover ampliação local, desempenhando ações como a construção de estradas, escolas, hospitais e portos; e a vertente militar, responsável por ações em prol do desenvolvimento sustentável regional, além de integrar a manutenção da soberania e a integridade nacional por meio das forças armadas.

O PCN surgiu em 1985 e já investiu aproximadamente três bilhões de reais em prol do desenvolvimento sustentável regional, desde sua criação até os dias de hoje. Segundo a Presidência da República, antes da assinatura dos atos, o programa abrangia 379 municípios em oito Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira) Pará, Rondônia e Roraima), dos quais 167 são ao longo dos 13.938 km da Faixa de Fronteira.



“Essa é uma oportunidade de desenvolvimento Regional e inclusão de pequenas comunidades em grandes projetos. Já conhecíamos as ações do programa em outros Estados e os resultados alcançados por suas atividades. Acreditamos que haverá um aumento das ações e serviços federais no Tocantins, o que favorece o desenvolvimento regional e o acesso das pequenas comunidades aos importantes projetos de cidadania”

**Jairo Soares Mariano**, presidente da ATM

**O REPASSE DOS RECURSOS  
SERÁ REALIZADO ATÉ O DIA 15  
DE NOVEMBRO DE 2020 AOS  
MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>EMPENHADO</b>
Aliança do Tocantins	R\$ 415.000,00
Almas	R\$ 414.512,00
Aparecida do Rio Negro	R\$ 299.161,00
Arraias	R\$ 702.979,00
Aurora do Tocantins	R\$ 415.000,00
Barrolândia	R\$ 535.940,00
Brejinho de Nazaré	R\$ 415.000,00
Chapada da Natividade	R\$ 307.450,00
Combinado	R\$ 308.168,00
Conceição do Tocantins	R\$ 313.796,00
Dianópolis	R\$ 535.940,00
Fátima	R\$ 318.951,00
Ipueiras	R\$ 308.168,00
Lagoa do Tocantins	R\$ 426.666,00
Lajeado	R\$ 642.683,00
Lavandeira	R\$ 330.366,00
Lizarda	R\$ 726.166,00
Mateiros	R\$ 607.436,00
Miracema	R\$ 535.940,00
Miranorte	R\$ 445.024,00

Monte do Carmo	R\$ 412.405,00
Natividade	R\$ 420.440,00
Nova Rosalândia	R\$ 424.383,00
Novo Acordo	R\$ 497.511,00
Novo Alegre	R\$ 308.168,00
Paraná	R\$ 415.000,00
Pindorama do Tocantins	R\$ 198.011,00
Ponte Alta do Bom Jesus	R\$ 523.203,00
Ponte Alta do Tocantins	R\$ 428.194,00
Porto Alegre do Tocantins	R\$ 360.968,00
Pugmil	R\$ 360.288,00
Rio da Conceição	R\$ 429.212,00
Rio Sono	R\$ 399.971,00
Santa Rita do Tocantins	R\$ 308.168,00
Santa Rosa do Tocantins	R\$ 616.165,00
Santa Tereza do Tocantins	R\$ 299.500,00
São Félix do Tocantins	R\$ 225.562,00
Silvanópolis	R\$ 451.638,00
Taguatinga	R\$ 714.500,00
Taipas do Tocantins	R\$ 1.780.000,00
Tocantínia	R\$ 601.097,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 19.178.730,00</b>

Fonte: gabinete do senador Eduardo Gomes.

## Parceria ATM e IFTO leva cursos técnicos à distância para mais de 4 mil alunos em 34 Municípios

Entidades se uniram para mobilizar prefeituras a aderirem ao projeto de ensino à distância e oferecer cursos técnicos aos Municípios sem polo do IFTO



Reunião de autoridades ao término de 2019 alinhou detalhes da parceria. Dentre os participantes estavam presidente da ATM, Jairo Mariano, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Ariosto Antunes Culau, o reitor do IFTO, Antônio da Luz Junior, e representantes do IFTO, SEDUC e SENAI.

Uma aula inaugural marcou o início das atividades dos cursos técnicos à distância do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), que está capacitando mais de quatro mil alunos em 34 Municípios tocantinenses. O projeto inovador é fruto do resultado da parceria entre o Instituto e a Associação Tocantinense de Municípios (ATM), além de outras instituições e autoridades políticas. A ATM apresentou aos prefeitos a possibilidade de levar ensino técnico as localidades sem polo do IFTO, além de mobilizar os gestores municipais para que aderissem ao projeto.

Os estudantes dos Municípios estão se capacitando nas áreas de Administração, Agronegócio, Informática para Internet, Meio Ambiente e Serviços Públicos. No projeto, o IFTO está sendo responsável pela oferta dos cursos, por meio do Centro de Referência em Educação a Distância (Cread), bem como pela disponibilização dos professores e material didático de forma digital. Por sua vez, as prefeituras entram com espaço físico, internet, equipamentos de informática e antena

com receptor de satélite e TV para receberem as aulas, servidores e manutenção.

### Incentivo

O presidente da ATM e prefeito de Pedro Afonso, Jairo Mariano, participou da aula inaugural, ao deixar uma mensagem de incentivo aos milhares de alunos participantes. “Desejo muito sucesso aos alunos, que o conhecimento seja profícuo e colocado em prática na vida profissional futura de cada um de vocês, que nos auxiliarem a fazer do Tocantins um estado pujante, de grandes resultados, e que a nossa população, ao final, seja composta de pessoas bens sucedidas”, disse o presidente, ao agradecer o empenho de prefeitos e prefeituras pela divulgação, mobilização e organização dos cursos nas localidades.

### Autoridades

A aula inaugural teve ainda a participação do senador Eduardo Gomes, da deputada Federal, Professora

Dorinha Seabra Rezende, o reitor do IFTO, professor Antônio da Luz, a pró-reitora de Ensino do Instituto, Nayara Pajeú, o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, Wanderberg Venceslau, além de coordenadores e professores dos cursos que estão sendo ofertados.

### Ampliação

Ainda em seu discurso, o presidente da ATM manifestou o interesse da entidade em ampliar o número de estudantes e Municípios contemplados

com o ensino técnico à distância. “Nós temos plena certeza, e convicção de que ela será ampliada, nos temos um objetivo de chegar a 10 mil alunos e certamente nos conseguiremos, com a atuação, a presteza, o esforço de tantas mãos que nos ajudaram e continuarão nos ajudando para chegarmos a esse objetivo”, disse Jairo Mariano.

Os cursos são devidamente reconhecidos pelo MEC e os participantes que finalizarem a graduação serão certificados pelo IFTO.

Seq.	Municípios	Quantidade de alunos
1.	Abreulândia	143
2.	Aparecida do Rio Negro	130
3.	Aurora do Tocantins	42
4.	Caseara	114
5.	Colinas do Tocantins	111
6.	Conceição do Tocantins	138
7.	Guaraí	150
8.	Itacajá	141
9.	Itaguatins	196
10.	Jaú do Tocantins	60
11.	Lagoa da Confusão	118
12.	Lajeado	107
13.	Lavandeira	72
14.	Luzimangues - Porto Nacional	79
15.	Marianópolis	60
16.	Mateiros	204
17.	Miracema	106

18.	Monte Santo	95
19.	Natividade	67
20.	Nova Rosalândia	86
21.	Novo Alegre	142
22.	Palmeirópolis	131
23.	Paraná	184
24.	Pedro Afonso	280
25.	Pium	167
26.	Ponte Alta do Bom Jesus	116
27.	Ponte Alta do Tocantins	300
28.	Santa Rita do Tocantins	143
29.	Santa Rosa do Tocantins	143
30.	Santa Terezinha do Tocantins	89
31.	São Sebastião do Tocantins	200
32.	São Valério da Natividade	82
33.	Tocantinópolis	155
34.	Tupirama	87
	<b>TOTAL DE ESTUDANTES</b>	<b>4438</b>

## Hernandes da Areia: veja a trajetória do prefeito vítima da COVID-19

Detalhes da vida pessoal e pública do gestor que será lembrado pela comunidade de Araguañã



**Hernandes Neves de Brito**, ex-prefeito de Araguañã

Hernandes Neves de Brito era conhecido popularmente como Hernandes da Areia. Nasceu e cresceu em Araguañã, onde constituiu família, foi casado durante 30 anos, período em que criou seus seis filhos em sua cidade natal, sendo marido e pai exemplar. No ano de 2017 assumiu a prefeitura da cidade quando o então prefeito eleito em 2016, Fernando Luiz dos Santos, de quem Hernandes foi vice, renunciou ao cargo de gestor municipal.

O prefeito Hernandes iniciou sua gestão em meio a uma grande instabilidade financeira, época em que o dinheiro que entrava nos cofres públicos não era suficiente para manter a cidade. A crise financeira afetava tanto a vida pública quanto a vida privada. Apesar dos percalços, conquistou muitos avanços na qualidade de vida dos cidadãos araguañenses e visou o crescimento da cidade. Dentre essas conquistas três delas se destacam na área da Saúde, Infraestrutura e Finanças.

Na área da Saúde, Hernandes conseguiu verbas de emendas parlamentares para compra de equipamentos e ambulâncias, além de ter apresentado o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos para a área Administrativa. Investiu em infraestrutura da cidade, ao dar continuidade na pavimentação de várias ruas de bloquetes, concluiu casas populares, bem como

implantou duas pontes de acesso ao Assentamento PA Inhumas e Assentamento Araguacy.

Um dos marcos mais importantes de seu mandato foi o fechamento do lixão da cidade, proporcionando o descarte do lixo em local correto, diminuindo as chances de contaminação, transmissão de doenças e aumentando também o ICMS Ecológico. Além disso, Hernandes da Areia deixou várias emendas que já haviam conquistadas: R\$200 mil da Emenda Especial do Senador Irajá, R\$200 mil de emenda do Deputado Osires Damaso e R\$250 mil da Senadora Kátia Abreu pra custeios da Saúde.

O gestor municipal encerrou seu mandato abruptamente e veio a óbito em julho desse ano, após ser acometido pela COVID-19. Além de ser lembrado pelas suas contribuições como gestor, que foram extremamente significativas para a cidade, Hernandes será lembrado por todos como um homem humilde, generoso, forte e otimista.

Grandes nomes da política lamentaram sua morte por meio de nota pública: o presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), Jairo Mariano; o governador e o vice-governador do Estado, Mauro Carlesse e Wanderlei Barbosa, respectivamente; o Deputado Federal Célio Moura e o Deputado Federal Osires Damaso, lamentaram a perda.



Prefeito Hernandes da Areia sempre esteve presente nas Mobilizações Municipalistas na capital federal, em lutas pelo desenvolvimento dos entes locais, além de buscar emendas parlamentares

## Raimundo Gordo: a vida política de um líder sonhador

José Raimundo de Souza, conhecido popularmente como Raimundo Gordo, faleceu este ano e deixa um legado de batalha por melhorias para Santa Tereza do Tocantins



**José Raimundo de Souza**, ex-prefeito de Santa Tereza do Tocantins

Um dos principais nomes da política do interior tocantinense, José Raimundo de Souza, descansa em paz. Conhecido popularmente como Raimundo Gordo, ele veio a óbito no início do mês de agosto, aos 61 anos de idade, vítima de infarto. Após uma longa jornada em vida de contribuição ao município de Santa Tereza do Tocantins, o ex-prefeito deixa saudades entre todos os moradores da cidade, além de amigos e familiares.

Raimundo Gordo teve vida política duradoura, ampla e com bons projetos para o município de Santa Tereza do Tocantins. Durante quatro mandatos foi vereador. Em dois, foi vice-prefeito. Além disso, foi secretário de Transporte e, posteriormente, prefeito da cidade por um mandato, eleito com 50,23% dos votos — 1.091 pessoas, para ser mais exato —, votos que simbolizam a confiança da população ao trabalho que ele desempenhou, encerrado de modo trágico.

Dentre diversos projetos realizados em prol da melhoria de vida dos cidadãos de Santa Tereza do Tocantins, três se destacam. O primeiro foi a implantação de reservatório de água, realizado após construção de poço artesiano de 200m no Assentamento Água Azul. A ação serviu para fornecer água de qualidade aos moradores, ao beneficiar inclusive agricultores

do local, que sofriam com a ausência de água para a criação de gado e em projetos de irrigação de lavouras.

Em seguida, a pavimentação também é um dos destaques da gestão do então prefeito. Após anos de dificuldades resultantes da falta de asfalto, os moradores do bairro Vista Alegre foram contemplados com a pavimentação asfáltica, que melhorou a viabilidade de todos os habitantes do local, que sofriam com a poeira e lama. Por fim, a extensão da rede de água na comunidade Barra da Aroeira, uma coletividade quilombola de grande importância social, cultural e histórica, também merece destaque.

Grandes nomes da política tocantinense lamentaram a morte de Raimundo Gordo. Mauro Carlesse, governador do Estado, emitiu uma nota de pesar, na qual afirma que o prefeito "lutou por grandes causas do Tocantins" e "deixa uma lacuna na política". O presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), Jairo Mariano, emitiu uma nota de pesar em nome de todos os prefeitos e prefeitas do Estado, onde diz que "a ATM reconhece os relevantes serviços prestados pelo ex-gestor ao processo de desenvolvimento de Santa Tereza do Tocantins, e se solidariza com a comunidade, amigos e familiares", ao colocar a entidade municipalista à disposição de amigos, familiares e munícipes.



Comunidade Barra da Aroeira celebra obras que ampliam a distribuição de água no povoado. Foi realizada a extensão na rede de água, que beneficiou 51 famílias que vivem no Setor Sol Nascente, à margem direita da comunidade

## Pura, gratuita e infinita: sistema de Energia Solar presente na ATM

Ao todo, cerca de 200 placas foram instaladas nas dependências da entidade



Sede Administrativa também recebeu tecnologia de produção de energia

O auditório Manoel de Paula Bueno, bem como o Hotel e Sede Administrativa da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) possuem agora matriz energética própria, após instalação de sistema solar fotovoltaico, que permite a entidade municipalista gerar sua própria energia elétrica. Com a presença de colaboradores e prefeitos, a tecnologia foi inaugurada em solenidade simbólica ocorrida em setembro deste ano, quando o presidente da ATM e prefeito de Pedro Afonso, Jairo Mariano, disse que a tecnologia trará “energia limpa com economicidade” para a entidade.



A ATM fomentará aos associados à ideia de implementar o sistema de energia solar de forma gradual nos Municípios, para que os entes locais também tenham sua matriz energética e busquem a produção de energia limpa, contribuindo com um planeta cada vez mais sustentável

**Jairo Soares Mariano**, presidente da ATM

### Economia

Ao todo, cerca de 200 placas foram instaladas nas três dependências da entidade municipalista. Juntas, as ferramentas têm capacidade de produzir 22 mil KW/mês, o que de imediato já gera uma economia de 85% nos custos da ATM com energia elétrica. “Anteriormente, somadas às faturas dos três prédios, o montante girava em torno de R\$18 mil ao mês, o que reduziu para mil e setecentos reais após implantação da energia solar”, revela o presidente da ATM.

Jairo Mariano lembra que a implantação do sistema solar fotovoltaico atende aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, especificamente a meta 07, sobre Energia Limpa e Acessível.



Placas instaladas no auditório Manuel de Paula Bueno e Hotel ATM

### Investimento

Para implementar a tecnologia energética, a ATM investiu cerca de R\$ 350 mil, montante angariado com a economia da suspensão do serviço hoteleiro da entidade neste momento de pandemia. “Desde março nosso hotel encontra-se fechado, o que fez sobrar recursos consideráveis em nosso caixa. Praticamente, não houve despesa adicional para a Associação, pois trata-se dos recursos que pagaríamos na manutenção do hotel, reinvestidos no investimento da energia solar”, explica Mariano.

Nos cálculos da empresa que instalou o sistema solar fotovoltaico, o retorno do investimento pode

ser alcançado em até dois anos. Ainda, a entidade municipalista passa a ser uma unidade produtora de energia, e a sobra gerada se transforma em créditos que poderão abater na fatura de luz, num prazo de cinco anos, a contar do dia em que foram gerados.

### Fomento

O uso da energia solar fotovoltaica cresceu no Brasil 14,4% neste primeiro trimestre de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019, aponta a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR).



Sistema Solar Fotovoltaico foi inaugurado com a presença de prefeitos e colaboradores da ATM

**QUER CONFERIR  
MAIS CONTEÚDOS E  
INFORMAÇÕES DA  
ATM E DA LUTA  
MUNICIPALISTA?**

**CONECTE-SE COM  
NOSSAS REDES  
SOCIAIS E ACESSE  
NOSSO PORTAL NA WEB**



www.**atm-to**.org.br

